

À Sociedade Amazonense – Bancada Federal

O Amazonas vive um grave e crítico momento. Nossa economia está sob ataque. O governo Bolsonaro, principalmente por meio do Ministério da Economia, vem desde o princípio de sua gestão atacando o nosso modelo de desenvolvimento econômico, a Zona Franca de Manaus e o seu Polo Industrial. Este modelo exitoso cumpriu e cumpre com seu papel estratégico de ocupação econômica da Amazonia.

No último e mais destrutivo ataque, o Presidente Bolsonaro assinou uma sequência de decretos que reduziram em 25% a carga tributária da produção fora do Polo Industrial de Manaus, sem qualquer medida compensatória para Manaus, atingindo fortemente a competitividade de nossas indústrias, ameaçando a produção local, os empregos dos amazonenses e os recursos públicos destinados à saúde, à educação e à segurança da nossa gente.

Os integrantes da bancada parlamentar federal do Amazonas, que esta assinam, desde o primeiro momento se mobilizaram na busca da construção de soluções que, mantendo a redução da carga tributária, que, diga-se, é bom para o país, preservasse o emprego dos amazonenses. Buscamos o diálogo e construímos um acordo político com o Governo Federal. Compromissos de correção foram assumidos perante o Governador do Estado e de representantes da Indústria. Nenhum dos compromissos foram cumpridos. Ao revés, o Governo Bolsonaro aprofundou as medidas danosas em dois novos decretos.

Nosso recurso agora é submeter a defesa de nossos direitos ao Supremo Tribunal Federal. Recorrer à justiça é um direito da Democracia.

Há titulares específicos para proposição da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sendo o Governador do Estado e a Mesa da Assembleia Legislativa os poderes locais mais afetos à questão. O Governador Wilson Lima após anunciar que faria a propositura imediata, escolheu o caminho de aprofundar as negociações. Entretanto, a Bancada Federal entende que o recurso imediato ao STF fortalece nossa posição de negociação e proteção da economia amazonense.

Neste sentido, estes integrantes da bancada parlamentar federal do Amazonas, agindo com responsabilidade e espírito público, acima de distintas visões políticas, construíram os meios políticos e jurídicos para enfrentar esta situação difícil e salvaguardar a economia e a sociedade amazonense.

Com articulação política obtivemos a chancela do Partido Solidariedade para ingressar com a competente ação judicial, a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI, para proteger os empregos dos amazonenses.

Temos compromisso com as centenas de milhares de trabalhadores que estarão sujeitos ao desemprego e à fome, sem qualquer alternativa ao seu sustento, pela inexistência de alternativas econômicas imediatas, que substituam os R\$ 140 bilhões

gerados pelas atividades do PIM. Um impacto feroz sobre toda a economia do Amazonas. Aumentando a pressão sobre o uso dos recursos da floresta, especialmente a atividade do garimpo ilegal, somando-se ao atual estágio de devastação florestal e seus efeitos negativos, como a crise hídrica, que o Brasil já vive.

A Universidade do Estado do Amazonas também será atingida, pois a UEA é sustentada por meio da Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior, um fundo pago pelas empresas do Polo Industrial.

Além de tudo isso, a grave crise econômica e social poderá aprofundar a ação de organizações criminosas e traficantes de drogas, trazendo o caos, ameaçando a paz e a ordem social do Estado do Amazonas.

Ressaltamos mais uma vez que a bancada parlamentar federal do Amazonas não é contra a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados e muito menos contra a redução da altíssima carga tributária do país. Por outro lado, somos contra qualquer alteração no sistema tributário que venha a colocar em xeque o modelo Zona Franca de Manaus e o emprego dos amazonenses.

Conclamamos que o povo do Amazonas se una mais do que nunca neste momento tão difícil e desafiador. E que mantenha a esperança de dias melhores, pois eles virão. Os governantes passam, o povo fica.

Manaus, 20 de abril de 2022.

SENADORES

Eduardo Braga
Omar Aziz
Plínio Valério

DEPUTADOS FEDERAIS

Átila Lins
Bosco Saraiva
José Ricardo
Marcelo Ramos
Sidney Leite
Silas Câmara